

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS-----

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, reuniu pelas vinte e uma horas no Salão da Junta de Freguesia de Ermidas Sado, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente.-----**
- 2. Atas. -----**
- 3. Designação de um(a) cidadão (ã) para a CPCJ de Santiago do Cacém. -----**
- 4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----**
 - a) Prestação de Contas de 2015;-----**
 - b) Relatório Final do Auditor Externo, relativo ao ano de 2015, sobre a situação económica e financeira do Município de Santiago do Cacém – Para conhecimento;**
 - c) 1ª Revisão ao Orçamento de Receita/Despesa de 2016;-----**
 - d) 1ª Revisão às Atividades Mais Relevantes (AMRS) 2016/2019; -----**
 - e) 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) 2016/2019; -----**
 - f) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 327.000,00€ (trezentos e vinte e sete mil euros); -----**
 - g) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 547.000,00€ (quinhentos e quarenta e sete mil euros);-----**
 - h) Acordo de Mutação Dominial entre a empresa Infraestruturas de Portugal S.A, e o Município de Santiago do Cacém;-----**
- 5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA. -----**

-----Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: -----

Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, José Manuel Guerreiro das Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio de Matos Gonçalves. -----

-----Não compareceram os membros: Ricardo Campos da Silva Rico, Maria da Conceição Pinela Pereira e António João Antunes Isidoro. -----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha e dos Senhores Vereadores Maria Margarida Santos, Norberto Barradas, Albano Pereira, Daniela Martins e Francisco de Sousa. -----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que o Senhor Ricardo Rico, eleito do PS, se fazia substituir, na presente Sessão, pela Senhora Miriam Mills Mascarenhas, eleita que se segue na mesma lista, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

SAUDAÇÃO E AGRADECIMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE ERMIDAS – DISPONIBILIZAÇÃO DE SALA. -----

A Senhora Presidente saudou o Presidente e restantes eleitos da Junta de Freguesia presentes, agradecendo também a disponibilização do Salão para realizar a presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

“MOÇÃO: Pela reposição das freguesias -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Alberto Machado Guerreiro que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte proposta de -----

-----“MOÇÃO-----

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a lei nº 11-A/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa.-----

A pretexto do memorando de entendimento com a *troika* e da redução da despesa do Estado a extinção/agregação das freguesias – à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos – inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas.-----

Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias.-----

A reforma administrativa imposta pelo governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu – antes agravou – os principais problemas com que se confrontam as freguesias.-----

Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 29/4/2016 delibera: -----

1. Reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; -----

2. Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2017.”

A Senhora Presidente colocou a proposta a discussão. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor**, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa

Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, seis dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas, e um da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe. -----

Dois votos contra dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Ramos de Oliveira e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

MOÇÃO: 25 de Abril, Aniversário da Constituição e 1º de maio -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Jorge Manuel Mata Magrinho que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte proposta de-----

----- “MOÇÃO -----

O 25 de abril, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas, logo seguido de um levantamento popular, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.-----

Considerando que assinalamos este ano os 42 anos do aniversário da Revolução de abril e os 40 anos do aniversário da Constituição da República de Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia. -----

Considerando que a Revolução de abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações.-----

Considerando que a Revolução de abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais.-----

Considerando que os Valores de abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas, a desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal em liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz.-----

Considerando que neste 1º de maio os 130 anos dos acontecimentos de Chicago, que estiveram na origem do Dia Internacional dos Trabalhadores. O 1º de maio é um dia que ficará sempre na história como um dia de todos os trabalhadores, um dia de luta e conquistas de direitos. -----

Considerando que alguns dos valores e direitos conquistados com o 25 de Abril têm sido postos em causa, o 1º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, continua vivo e atual, constituindo a expressão mais vibrante da solidariedade, da luta dos trabalhadores pelos seus direitos, pelo progresso, justiça social e pela Paz. Este é o tempo de valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores, combater o desemprego, precariedade, os baixos salários e pensões.-----

Considerando que nos últimos anos Portugal viveu uma grave e profunda crise económica e social. Agravou-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus

direitos, limitaram-se as liberdades do povo português, empobreceu-se o país e milhares de portugueses foram empurrados para o desemprego e emigração. -----

Considerando que Portugal precisa de uma economia soberana e sem exploração que garanta emprego, direitos, justiça social, uma estratégia de desenvolvimento económico e social, que valorize o trabalho, a qualidade de emprego, promova a melhoria dos salários, a igualdade no trabalho e o fim das discriminações, justiça social, políticas sociais justas e de qualidade. -----

E alguns destes objetivos podem ser, finalmente, respondidos pela nova correlação de forças na Assembleia da República. Pois finalmente, conseguiu-se dar a perceber à direita outra conquista de abril e consagrada na Constituição: a de que não existem eleições para Primeiro Ministro, mas sim eleições para 230 deputados.-----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 29 de abril de 2016 delibera:-----

. Saudar os valores e conquistas da Revolução de abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses. -----

. Valorizar as diversas iniciativas de comemoração do 25 de Abril e apelar aos autarcas, aos trabalhadores, movimento associativo e a toda a população para se associarem às comemorações do 1º de maio e dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa.-----

. Saudar todos os trabalhadores de Santiago do Cacém, nomeadamente os das autarquias de Santiago pelo esforço e dedicação que empregam no seu trabalho no dia a dia, tal como os vários homens e mulheres nas empresas em Santiago do Cacém que fazem todos os dias o seu melhor, apesar dos constrangimentos, baixos salários e precariedade.-----

Enviar para: -----

Presidente da República-----

Primeiro Ministro -----

Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

Associação Nacional dos Municípios Portugueses-----

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional-----

União Distrital de Sindicatos de Setúbal -----

Órgãos de comunicação social nacional e regional.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, começando por referir que se tratava de uma moção clássica da CDU, acrescentando que a sua intervenção tinha a ver com a afirmação que era feita na mesma *de que não existem eleições para primeiro ministro, mas sim eleições para 230 deputados*, considerando ainda que não tinha sido dada qualquer lição à direita sobre esta matéria, recordando também que o Partido Socialista tinha ganho as eleições, em minoria, durante alguns mandatos, governando desta forma, e que, em novembro do ano transato, tinha sido quebrada a tradição, não tendo sido respeitada da mesma forma a Coligação que ganhou as eleições. -----

Mais referiu que quem assiste aos trabalhos na Assembleia da República pode verificar que determinadas forças políticas, mais à esquerda, têm um discurso fora do Parlamento, para os seus militantes e simpatizantes, contra posições do Governo, enquanto dentro do mesmo vão viabilizando as suas medidas, ainda que não queiram votar determinados documentos, como aconteceu recentemente com o Plano de Estabilidade e Crescimento. -----

Relembrou ainda que nas eleições de dois mil e um para as autarquias locais, nas quais foram eleitos vereadores, o PSD viabilizou a Força Política que ganhou na Autarquia, sem maioria, contribuindo para a sua governabilidade. -----
Concluiu, referindo que a maioria formada na Assembleia da República vai funcionando, não se sabendo até quando e se durará a legislatura. -----
Interveio o Senhor Rui Madeira, referindo discordar do Senhor Pedro do Ó Ramos relativamente às eleições para as autarquias, considerando que se tratava de situações diferentes, porque nas eleições para a Assembleia da República são eleitos deputados, e nas eleições autárquicas é eleito o Presidente da Câmara, sendo, na sequência das mesmas, constituído o Executivo Municipal pelos vereadores das forças políticas que concorreram, de acordo com os resultados obtidos.-----
O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que para a Autarquia ficar ingovernável bastava que o PSD tivesse chegado a um acordo com o PS, formando uma maioria, retirando desta forma a possibilidade do Presidente da Câmara Municipal e os dois vereadores eleitos pela CDU aprovarem qualquer documento. -----
Mais referiu que, ao longo dos anos, a prática do PCP e do PS tinha sido a de não aprovarem os documentos que cada um apresentava para votação. -----
Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por saudar a Mesa da Assembleia Municipal pela descentralização da sessão ordinária para Ermidas, promovendo assim a vida local e a democracia através de uma maior participação das populações.-----
Mais referiu que as intervenções anteriores se desviavam do texto da proposta de moção, considerando que se estava a perder muito tempo com observações sobre a coligação no Governo, a qual pugnava pelos interesses dos eleitores, acrescentando que as coligações negativas é que não serviam os interesses das populações. -----
Interveio o Senhor Jaime Cáceres, recomendado que a realização das sessões descentralizadas prosseguisse nas diferentes freguesias, para que os eleitos fiquem mais perto das populações.-----
Referiu também que gostaria de recordar ao Senhor Pedro do Ó Ramos que, em mil novecentos e noventa e sete, o PSD e o PS se juntaram, deixando sozinho o Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, eleito pela CDU, o que também aconteceu noutras freguesias, considerando que sempre que se fala no passado não se deviam omitir aspetos que são relevantes. -----
Referiu ainda que já tinha governado aquela Junta de Freguesia, em minoria, o que não impediu a sua gestão, acrescentando que os eleitos da CDU não recebiam lições de democracia de ninguém, porque sabiam o que andavam a fazer. -----
Mais referiu que se podia afirmar que a situação política que se vive no País era uma lição para a direita, tendo em conta o facto de uma força política considerar, à partida, que ganhou as eleições e que é seu o lugar de Primeiro Ministro, sendo arrogante e não querendo falar com mais ninguém, por considerar que a sua política é que é correta e que estão errados todos aqueles que querem um país diferente, mais desenvolvido, onde as pessoas não passem tão mal, como tem vindo a acontecer no últimos anos. -----
Acrescentou que ao contrário do que a direita vinha dizendo, de que a Europa não compreenderia uma solução governativa que desse outro rumo ao País, também noutros países europeus se procuram outros caminhos que levem ao desenvolvimento económico, contra a precariedade, o desemprego e a carga fiscal.-----
O Senhor Jorge Magrinho referiu compreender que o texto da moção pudesse provocar alguma *azia* a quem queria estar no poder e não está, porque custa perder. Acrescentou que era de questionar em que ponto se estaria caso a direita continuasse a governar o

País, questionando sobre a quantidade de vezes que a Constituição e os direitos dos trabalhadores não foram cumpridos, e quantas vezes os trabalhadores foram roubados pela coligação de direita, sobretudo nos últimos quatro anos. Mais referiu que a situação ainda não estava como se pretendia, mas que tem vindo a ser repostos aos trabalhadores o que lhes foi roubado. -----

Referiu ainda que havia quem desejasse novas eleições, dentro de cinco meses, mas que o caminho que estava a ser seguido, de defesa dos trabalhadores, não apontava para essa situação. -----

Concluiu, referindo que os trabalhadores podem estar seguros de que o PCP, o BE e o PEV, trabalharão para o Povo Português. -----

Interveio novamente o Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo que o PSD tinha tido quase quarenta por cento dos votos e por isso tinha ganhado as eleições.-----

Mais referiu que já se percebeu que a atual Coligação aplicava a austeridade através de impostos indiretos, IMI, IRS, e que toda a gente sabia a carga fiscal que lhes estava a ser imposta, considerando que a reposição da sobretaxa não era suficiente para fazer face à mesma.-----

Acrescentou que a grande prioridade do Governo foi diminuir o IVA na restauração, medida que só ia beneficiar os empresários, os quais já disseram que não a iriam fazer repercutir nos preços.-----

Referiu também que o investimento público previsto para dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete era o pior da democracia portuguesa e que o orçamento para a educação e para a saúde era também o mais reduzido dos últimos trinta anos. Acrescentou que, em dois mil e quinze, o crescimento foi de um e meio por cento e que uma previsão otimista para dois mil e dezasseis era de um ponto oito, sendo que o desemprego chegou aos dezassete por cento, quando já tinha sido reduzido até doze por cento.-----

Referiu ainda que, perante este cenário, os apoiantes do Governo estavam todos satisfeitos, não se percebendo qual a razão que os levou a não votarem o Programa de Estabilidade e Crescimento. -----

Relativamente à Europa, referiu que todos iriam perceber qual a posição da mesma. ----

Interveio a Senhora Miriam Mascarenhas, eleita do PS, começando por referir que se congratulava pela realização da Sessão da Assembleia Municipal em Ermidas. -----

Sobre a proposta em apreço, considerou que o texto da Moção refletia os valores do 25 de Abril e do 1º de maio, pelo que iria votar favoravelmente. Acrescentou que estes valores estavam cada vez mais vivos e a ser novamente colocados em prática pelo atual Governo, mas que, infelizmente, o mesmo não tinha chegado a tempo de evitar a partida da sua filha para trabalhar no estrangeiro, como aconteceu a muitos jovens portugueses nos últimos anos.-----

Interveio o Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, agradecendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ermidas a disponibilidade das instalações para realização da Sessão e à Mesa da Assembleia Municipal pela descentralização da mesma, esperando que as sessões deste Órgão Municipal também venham a ter lugar nas outras freguesias.

Mais referiu que iria votar a favor da proposta de Moção, considerando positivo o facto do Município se colocar ao lado daqueles que mais sofreram no passado e que no Alentejo se continuasse a celebrar com afincos os valores conquistados. -----

Mais referiu que as lições de democracia eram sempre boas e que a democracia era o poder do povo, o qual elegeu os deputados para a Assembleia da República. -----

Mais referiu que quem apelava à democracia e depois ia para Bruxelas tentar denegrir o Governo e o Povo que o elegeu é que revelava falta de democracia e de patriotismo. ----

Referiu ainda que tinha a certeza que o atual Governo iria cumprir a legislatura e que o Presidente da República, ao contrário do anterior, iria apoiar as suas medidas. -----
Concluiu, referindo que a esquerda devia continuar unida na defesa dos valores do 25 de Abril. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que gostaria de saber a quem o Senhor Hugo Ferreira se estava a referir na sua intervenção. -----

O Senhor Hugo Ferreira referiu que se tratava de um assunto do conhecimento geral e que podia ser encontrada informação sobre o mesmo na Internet. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor**, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, seis dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas, e um da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe. -----

Dois votos contra dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Ramos de Oliveira e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

OBRAS NAS ESTRADAS NACIONAIS NO MUNICÍPIO – PONTO DE SITUAÇÃO -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos questionou sobre a preocupação recorrente que tem vindo a ser colocada na Assembleia Municipal sobre a conclusão das obras na A26/IP8 e na ER 261-5, entre a Cidade de Vila Nova de Santo André e Sines. -----

Informou que na sua qualidade de Deputado na Assembleia da República já tinha questionado o atual Governo sobre o ponto de situação da conclusão das obras, a retirada dos pins e a reparação do troço no túnel de acesso à A26, nas Relvas Verdes, o qual está novamente em mau estado. -----

Mais referiu estar preocupado, tendo em conta que era muito reduzido o montante para investimento público previsto nesta legislatura, particularmente o destinado a obras, questionando se a Câmara Municipal tinha mais informação sobre este assunto. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por saudar a Assembleia Municipal pela descentralização da sessão, a qual, desta forma, se associava à iniciativa da Câmara Municipal *Presidência nas Freguesias* que decorreu na semana em curso na Freguesia de Ermidas e que se repetia pelo terceiro ano consecutivo em todas as freguesias do Município. -----

Agradeceu também à Junta de Freguesia, às associações e outras entidades da Freguesia, pelo apoio e o acompanhamento por parte dos eleitos às visitas efetuadas. -----

Sobre as questões colocadas, começou por informar que no respeitante às Estradas Nacionais que atravessam o Município, nomeadamente a ER261-5 e A26/IP8, tinha solicitado uma reunião ao Presidente da empresa Infraestruturas de Portugal, com o qual reuniu acompanhado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André,

havia cerca de dois meses, onde foi também tratada a questão da reparação do troço da via no túnel de acesso à A26, o qual faz parte da concessão que foi feita por trinta anos às Estradas da Planície, onde se prevê a execução e conservação daquela via, pelo que, o Tribunal de Contas não permite a interferência de outra entidade na sua reparação. Mais informou que foi assumida uma intervenção, com carácter de urgência, por parte da empresa concessionária, tendo sido colocadas massas frias nos buracos do piso, cuja durabilidade é muito precária.-----

Referiu ainda que havia seis anos que se esperava pela conclusão das obras naquelas vias, sendo que, a empresa IP informou que aguardava o visto do Tribunal de Contas para retomar as obras. -----

Informou também que tinha solicitado uma reunião ao novo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, para tratar deste assunto, a qual foi marcada para o dia vinte e sete de maio, do ano em curso. Acrescentou que lamentava que o anterior Secretário de Estado não tivesse respondido positivamente às várias reuniões que lhe solicitou. ----

Referiu ainda esperar que o novo Governo resolva o problema o mais rapidamente possível, recordando que as obras do túnel do Marão também tinham parado na mesma altura, tendo sido retomadas, estando prevista a sua inauguração para o início do mês de maio. -----

Informou ainda que a Comissão de Utentes daquelas vias convocou mais uma manifestação de indignação contra aquela situação, com a qual a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santo André se solidarizavam. -----

ARRUAMENTOS NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referiu que, antes da reunião, tinha sido abordada por moradores de Ermidas Sado que lhe transmitiram algumas preocupações, as quais se comprometeu a veicular nesta Assembleia, nomeadamente sobre a necessidade de construção de uma rotunda na entrada este da Vila que, no mandato anterior, tinha dado origem a um abaixo-assinado dos moradores destinado à empresa EP, agora designada por Infraestruturas de Portugal, o qual teria sido também remetido à Câmara Municipal, questionando sobre o ponto de situação das diligências efetuadas sobre este assunto. ----

Mais referiu que a população gostaria também de ter um pavilhão gimnodesportivo na Vila de Ermidas.-----

Referiu ainda que tinha uma lista de ruas que não estavam pavimentadas, designadamente a Rua 25 de Abril, Rua Frei Geraldês, Rua 41, Rua 33 e Rua 19 de abril, e gostaria de saber se as mesmas estavam contempladas nas ações previstas no âmbito dos empréstimos que a Câmara Municipal vai contrair para pavimentação de ruas no Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município era muito vasto e que havia um conjunto de problemas nas diferentes freguesias que o Executivo tem vindo a identificar no terreno e aos quais era necessário dar resposta, acrescentando que a Câmara Municipal não tinha condições financeiras e humanas para resolver todos as situações ao mesmo tempo, sendo que, felizmente, e ao contrário do que aconteceu no mandato anterior, por falta de disponibilidade do anterior Executivo da Junta de Freguesia de Ermidas, podia contar com a colaboração de todas as juntas de freguesia na resolução de alguns problema, sendo reconhecido pelas populações o esforço conjunto que tem sido desenvolvido pelas autarquias, as quais também têm mostrado estar conscientes de que não é possível responder a todos os problemas no curto espaço de tempo do mandato em curso. -----

Relativamente à pretensão de um pavilhão desportivo por parte da população de Ermidas, referiu que também as populações de outras freguesias gostariam de ter este e outros equipamentos públicos, acrescentando que era preciso ter consciência da realidade que se vive e não esquecer que o Município recebe menos dois milhões e quinhentos mil euros do que há quatro anos atrás, sendo necessário fazer opções no sentido de realizar o que é mais importante para melhorar a qualidade de vida das populações.-----

Interveio o Senhor Carlos Parreira, eleito da CDU, e Presidente da Junta de Freguesia de Ermidas, o qual agradeceu a presença de todos e referiu a sua disponibilidade para ajudar na resolução dos problemas que se colocarem, acrescentando que registava com agrado as preocupações manifestadas com os problemas da Freguesia. -----

Informou que na Vila de Ermidas existia um Pavilhão disponível e que era pouco usado, acrescentando que eram outros os problemas com que a Freguesia se debatia e que mais o preocupavam, nomeadamente a situação das ruas 41, 43 e outras que precisam de uma intervenção, sendo que, antes da pavimentação, era preciso intervir nas pluviais, o que já foi feito na Rua Manuel da Fonseca, em parte da Rua 9, e no Largo 1º de maio, sendo também necessário construir os passeios, tendo já sido colocados três mil metros lineares, esperando que sejam colocados mais mil metros até ao final do mandato. Mais informou que também está prevista a construção de um entroncamento, em vez de uma rotunda, na entrada este da Vila, bem como um passeio até ao túnel, obras que serão desenvolvidas pela Junta de Freguesia em conjunto com a Câmara Municipal no sentido de resolver o problema da lagoa que ali se forma e outros problemas de mobilidade que afetam a população, acrescentando que se tratava de uma situação da responsabilidade da empresa Infraestruturas de Portugal, o qual se arrastava no tempo. -----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, referindo que gostaria de ficar melhor esclarecida sobre a questão da disponibilidade manifestada pelas Juntas de Freguesia, no anterior mandado, para a realização de investimentos. -----

Questionou também sobre a localização do Pavilhão.-----

Referiu ainda que gostaria de ter uma resposta sobre a questão do abaixo-assinado à empresa Estradas de Portugal e as diligências efetuadas pela Câmara Municipal sobre o assunto. -----

Mais referiu que era curioso que os esclarecimentos sobre algumas questões que colocou ao Senhor Presidente da Câmara tenham vindo da Assembleia Municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a intervenção da Senhora Joana Filipe manifestava desconhecimento sobre a realidade da Freguesia.-----

Mais referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia estava na Assembleia nesta qualidade e que, mais do que ele, conhecia os problemas da mesma, acrescentando que não tinha a presunção de conhecer melhor a realidade das juntas de freguesia do que os seus presidentes.-----

Informou que existe um Pavilhão na Freguesia de Ermidas, propriedade da Vitória Futebol Club, o qual, não sendo um equipamento municipal, tem sido disponibilizado para a população.-----

Sobre a questão do abaixo-assinado para a construção de uma Rotunda, referiu não se recordar do mesmo ter sido recebido na Câmara Municipal, acrescentando que se tratava de um anseio das populações, havia muitos anos, mas que a empresa Estradas de Portugal não assumiu a sua responsabilidades de construção da mesma, pelo que, as autarquias irão construir um Entroncamento naquele local, o qual está previsto para o ano em curso. -----

Mais esclareceu que, no mandato anterior, não tinha havido abertura por parte do Presidente da Junta de Freguesia de Ermidas para colaborar com a Câmara Municipal na execução de obras na Freguesia, embora tenha havido sempre um bom relacionamento institucional entre as duas partes. -----

Informou ainda que estavam em curso as intervenções que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tinha referido, designadamente nas ruas, nas pluviais e rede de águas, esperando que, até ao final do mandato em curso, fiquem concluídas as obras de infraestruturas num conjunto de ruas, conforme o compromisso assumido pelas autarquias. -----

Acrescentou que a Vila de Ermidas possuía características urbanas muito particulares, com construções, nalgumas zonas, em terrenos que eram antigos foros, cujas ruas servem poucas casas, pelo que, não se tratando de loteamentos municipais, também não existia a obrigação legal da Câmara Municipal as pavimentar, o que não deixou de fazer. Interveio o Senhor José Sucena, o qual começou por saudar os eleitos da Freguesia de Ermidas, acrescentando que havia muito tempo que visitava a Freguesia de Ermidas, devido a laços familiares que o ligam à mesma, tendo de alguma forma acompanhado a sua evolução, desde que grande parte das ruas da Vila ainda eram de terra batida. -----

Mais referiu que também fora abordado por pessoas de Ermidas, as quais lhe transmitiram que estavam gratas pelas obras que tem vindo a ser feitas, nos últimos anos, pela Junta de Freguesia em colaboração com a Câmara Municipal, sendo que, algumas pessoas também sabiam que a Câmara Municipal ia fazer um empréstimo de quinhentos e quarenta e sete mil euros para os arruamentos no Município, dos quais quarenta mil se destinavam à Freguesia de Ermidas, acrescentando que este empréstimo foi aprovado na Câmara Municipal, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador do PSD, embora o nível de endividamento da Autarquia seja baixo, com o fundamento de que só se devia recorrer a empréstimos para coisas importantes e urgentes, deduzindo que o mesmo considerava que estas obras não eram urgentes. -----

Concluiu, referindo que as pessoas lhe pediram para fazer este agradecimento e que se continuasse a melhorar o que precisa ser melhorado. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que considerava estranho o facto do anterior Executivo da Junta da Freguesia, cujo presidente era do Partido Socialista, não ter colaborado com a Câmara Municipal para a realização de obras, prejudicando assim o seu mandato, enquanto os presidentes das outras juntas de freguesia, todos da mesma força política da Câmara Municipal, colaboraram com esta. -----

Interveio o Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, referindo que a Senhora Joana Filipe tinha dado a entender que a Câmara Municipal escolhia as juntas de freguesia para a realização de obras, acrescentando que na sede da Freguesia de Alvalade também havia muitas ruas a precisar de intervenção, o que foi concretizado nos últimos anos através da parceria entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. Acrescentou que aquela Junta tinha sido gerida por eleitos do PS durante doze anos, o que não impediu um trabalho conjunto com a Câmara Municipal, para benefício das populações. -----

O Senhor Jaime Cáceres referiu que era muito importante que todos os eleitos que desempenham funções nos órgãos das freguesias tivessem como objetivo trabalhar a favor das populações e não o de fazer contrapoder a quem está na Câmara Municipal.---

Mais referiu que a CDU tinha perdido a presidência da Junta de Freguesia de Santo André nas eleições de dois mil e um, a qual recuperou logo no mandato seguinte, sendo que uma das razões que levou a força política que governava a Junta a perder teve a ver com o facto da mesma não querer assumir a realização de obras. Acrescentou que esta não foi a postura assumida pelo presidente eleito da CDU e que contou com o apoio dos

eleitos de todas as forças políticas que a constituíam, podendo cada um tirar daqui as ilações políticas que quiser.-----

Referiu ainda que quem está mais próximo das populações deve trabalhar no sentido de lhes dar mais qualidade de vida e deve servir a causa pública no exercício das suas funções. -----

Mais referiu que, ao contrário do que tinha acontecido com a Freguesia de Ermidas, no mandato anterior, no respeitante à colaboração com a Câmara Municipal, em Santo André, a Junta de Freguesia tomou a iniciativa de ir junto do Executivo Municipal manifestar a sua vontade de trabalhar em conjunto. -----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, referindo que queria manifestar a sua completa descrença sobre a versão que foi apresentada, de que a Junta de Freguesia de Ermidas, no anterior mandado, recusou as iniciativas da Câmara Municipal de investimento na sua própria freguesia, porque duvidava que algum autarca, independentemente da sua cor partidária, tivesse uma postura de recusa de investimento para benefício da população. Mais referiu que, do que tinha sido dito sobre esta matéria, ficava a ideia de que a Câmara Municipal não tinha investido na Freguesia de Ermidas, no último mandato, porque a Junta de Freguesia estava empenhada a fazer contrapoder àquele órgão autárquico, apresentando o Executivo da Junta como o único culpado de não haver colaboração entre as duas autarquias.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que lhe fazia muita confusão o facto da Junta de Freguesia anterior, com as limitações que as juntas de freguesia têm nos seus orçamentos, não querer colaborar com a Câmara Municipal. -----

Mais referiu que o PSD, em mil novecentos e noventa e sete, tinha ganho as eleições para a Junta de Freguesia de Santo André e que ainda se recordava das dificuldades que o Presidente passou para conseguir que fossem executados trabalhos pela Câmara Municipal naquela Freguesia. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que do ponto de vista institucional houve sempre uma boa colaboração do anterior Presidente da Junta de Freguesia com a Câmara Municipal mas, nas reuniões com as juntas de freguesia para preparação dos orçamentos, o mesmo nunca manifestou abertura para a execução conjunta de obras, ao contrário dos presidentes das outras juntas, os quais apresentaram as suas prioridades, ao serem colocados perante o facto de a Câmara Municipal não poder realizar todos os investimentos que pretendiam, mostrando também disponibilidade para colaborar com mão de obra ou de outra forma, dentro das suas possibilidades.-----

Mais referiu compreender a posição da Senhora Joana Filipe, dado que um eleito do BE fazia parte do anterior Executivo da Junta de Freguesia de Ermidas. -----

A PALAVRA AOS MUNÍCIPES -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra aos munícipes presentes na reunião que manifestaram vontade de intervir. -----

Interveio a Senhora Joana Pontes, residente na Rua 43, a qual começou por dar as boas vindas aos eleitos presentes, considerando que era importante a sua vinda às freguesias durante os mandatos e não só quinze dias antes das eleições, lamentando que não tivessem vindo mais pessoas assistir a sessão. -----

Questionou em seguida sobre a razão que levou a Câmara Municipal a terminar com a iniciativa do Orçamento Participado, o que evitaria que se colocassem questões como a do Pavilhão, porque os eleitos saberiam onde as pessoas querem que se empregue o dinheiro. -----

Mais referiu estar preocupada com a situação dos passeios da Vila de Ermidas que dificulta a mobilidade, sobretudo com cadeiras de rodas, assim como com o mato que cresce por todo o lado. Acrescentou que na rua onde reside só se pode andar de botas de borracha, no inverno, e no verão só de máscara, por causa do pó, questionando se a obra programada seria executada até ao fim daquela via. -----

Concluiu, apelando a que todos os eleitos venham mais vezes a Ermidas falar com as pessoas. -----

Interveio a seguir o Senhor Delfim Guerreiro, começando por apresentar cumprimentos de boas vindas à Freguesia de Ermidas. -----

Referiu que as pessoas que foram eleitas, nos últimos catorze anos, para órgãos da Freguesia, sabem avaliar o que tem sido feito no atual mandato e o que foi feito nos mandatos anteriores, como era o seu caso, acrescentando que este era o primeiro mandato do atual presidente da Junta de Freguesia, no qual já foi feita mais obra dos que nos mandatos anteriores no seu conjunto. -----

Mais referiu que a Junta de Freguesia não tem meios para admitir mais um funcionário, nem para comprar uma carrinha, acrescentando não fazer sentido pedir a construção de um pavilhão, quando não havia dinheiro para responder a questões básicas de funcionamento da Autarquia.-----

Mais referiu que os passeios que foram levantados, para introduzir a rede de águas, deviam ser repostos o mais rapidamente possível, para não ficarem novamente danificados. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas pelos munícipes. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o anterior Executivo, do qual também fez parte, analisou a questão do Orçamento Participado, tendo concluído que, com os cortes nas transferências do Orçamento de Estado para a Autarquia, o Município deixava de ter meios financeiros para concretizar eventuais projetos que fossem indicados pelos munícipes, considerando demagógico prosseguir com a iniciativa nestas condições, a qual deixou de ser implementada a partir de dois mil e onze. -----

Mais esclareceu que o atual Executivo Municipal decidiu avançar com a iniciativa *Presidência nas Freguesias*, a qual tem sido desenvolvida todos os anos, desde o início do mandato em curso, e em todas as freguesias do Município, com a deslocação de eleitos e técnicos municipais que se inteiram dos problemas no terreno, observando as situações nos diferentes locais e ouvindo as populações sobre os seus problemas, o que permite também ao Executivo construir o orçamento do ano seguinte com base numa perceção real das situações. Acrescentou que, em sua opinião, ir junto das pessoas era a forma mais correta de fazer política. -----

Relativamente à situação da Rua 43, informou que, até ao final do mandato em curso, as autarquias irão atuar no sentido de resolver os problemas daquela e de outras ruas da Vila de Ermidas.-----

Concluiu, referindo que, nos últimos anos, a Câmara Municipal não tem avançado com grandes obras, optando por realizar pequenas obras de proximidade que servem as populações. Acrescentou que não se tem investido mais devido às restrições orçamentais, dado que a Autarquia tem vindo a ser confrontada nomeadamente, com o corte anual de dois milhões de euros na receita, a necessidade de diminuição da dívida e a redução de cem trabalhadores, nos últimos quatro anos. -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

1. Expediente-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o dia dezoito de fevereiro até ao dia vinte e sete de abril de dois mil e dezasseis, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Atas -----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **ata nº 01**, da Sessão Ordinária de dezanove de fevereiro de dois mil e dezasseis. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a ata, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

Não votaram os senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, João Saraiva de Carvalho, António Albino e Jorge Canário Parreira, por não terem estado presentes naquela Sessão.-----

A Senhora Presidente colocou, em seguida, para discussão e aprovação a **ata nº 2**, da Sessão Extraordinária de vinte e três de março de dois mil e dezasseis. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a ata, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

Não votaram os senhores José Élio Sucena, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, João Saraiva de Carvalho e Rui Madeira dos Santos, por não terem estado presentes naquela reunião.-----

3. Designação de uma cidadã para a CPCJ de Santiago do Cacém-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor José Manuel Guerreiro das Neves, eleito da CDU, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: Designar a cidadã Ana Paula de Jesus Miguel Barata**, Técnica de Fisioterapia, residente na Cidade de Santiago do Cacém, para a Comissão Alargada da CPCJ de Santiago do Cacém, em conformidade com o previsto na alínea l) do nº 1 do artigo 17º, da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor João Filipe Pereira, questionando se a cidadã proposta não tinha já integrado aquela Comissão.-----

A Senhora Presidente informou que a Senhora Ana Paula Barata integrara a Comissão Alargada e também a Comissão Restrita da CPCJ, para as quais fora indicada por outra entidade, havia alguns anos, o que não era incompatível com a designação da mesma agora proposta pela Assembleia Municipal.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor e cinco votos brancos.** -----

Votação efetuada por escrutínio secreto. -----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL -----

--- a) Prestação de Contas de 2015; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Um** - Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às

Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2015, elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.* -----

Dois – Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos: -----

a) Mapas de subsídios obtidos por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio.-----

b) Mapas de ativo de rendimento fixo e variável por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício. -----

c) Norma de controlo interno. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico. -----

Três - Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

FUNDAMENTOS: Um – Conforme o disposto na alínea i) do nº. 1 do artigo nº.33 da Lei 75/2013, de 12 setembro.-----

Dois – De acordo com o capítulo II e capítulo III (notas técnicas) da resolução nº. 4/2001 - 2ª. Secção publicada no D.R. nº. 19, de 18 de agosto, II Série alterado pela resolução nº26/2013-2ªSecção publicada no D.R. nº 226, de 21 de novembro de 2013 e com a resolução nº 44/2015 do Tribunal de Contas publicada no D.R. nº 231, de 25 de novembro de 2015, II Série.” -----

*Documentos que são dados como reproduzidos na presente ata com o número cinco, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

No âmbito da apresentação da proposta o Senhor Presidente da Câmara destacou algumas ações, nomeadamente a realização de um conjunto de obras de proximidade, para melhorar a qualidade de vida das populações, apesar das condicionantes financeiras existentes, tendo contado para o efeito com a colaboração das oitos freguesias do Município, reconhecendo a importância do trabalho das mesmas para alcançar os resultados pretendidos. -----

Relativamente aos aspetos financeiros, destacou a redução da dívida total do Município, a qual, no final do ano transato, se situava na ordem dos onze milhões e meio de euros, sendo agora menor, e a dívida de curto prazo que é de dois milhões e meio de euros, sendo que na mesma está incluído um montante de cerca de oitocentos mil euros, a pagar, a médio prazo, à empresa Águas do Alentejo. -----

Mais referiu que a taxa de execução foi de mais de oitenta e dois por cento, sendo a mais elevada dos últimos tempos. Acrescentou que se estava a percorrer um caminho muito difícil devido à limitação de recursos financeiros e humanos, reconhecendo a colaboração das juntas de freguesias, dos seus trabalhadores e dos trabalhadores da Câmara Municipal para a obtenção dos resultados apresentados.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, o qual começou por referir que discordava do Senhor Presidente da Câmara Municipal no que respeitava à iniciativa do Orçamento Participado, questão abordada no período Antes da Ordem do Dia, acrescentando que são mais de duzentos os municípios que aplicam o Orçamento Participado e que existem exemplos de boas práticas que resultam da sua concretização, apesar das dificuldades financeiras, as quais também se colocam às outras autarquias, considerando que este problema podia ser ultrapassado através da dotação de uma percentagem do orçamento para os projetos que venham a ser indicados pelas populações.-----

Relativamente aos documentos em apreço, referiu que era verdade que os mesmos demonstravam que tinha havido uma melhoria na execução, o que resultava também da aplicação dos instrumentos legais que obrigam as câmaras municipais a reduzirem a despesa, no sentido de melhorarem a sua situação financeira. -----

Mais referiu que gostaria de saber a razão de só se ter gasto um e meio por cento dos sete por cento previstos no orçamento para ações de apoio às famílias com dificuldades económicas, tendo em conta a situação de crise que se vive no País. -----

Referiu também que houve mais transferências do Orçamento do Estado para as autarquias e que era de destacar o aumento progressivo do IMI, o que demonstrava que a Câmara Municipal podia ter optado pelo IMI familiar, o qual iria beneficiar os munícipes com mais filhos, acrescentando não compreender a razão da Câmara Municipal de Santiago do Cacém não ter tomado esta medida, quando cerca de duzentas câmaras o fizeram, entre as quais, a Câmara Municipal de Avis, de maioria CDU. -----

Referiu ainda o reparo sistemático que tem vindo a ser feito pelo Revisor Oficial de Contas sobre a falta do Regulamento de Controlo Interno, considerando preocupante o facto do mesmo não existir numa Câmara Municipal que tem sido sempre gerida pela mesma Força Política, esperando que, no próximo ano, esta questão já tenha sido resolvida. -----

No que respeita às ações previstas para o desenvolvimento económico no Município, referiu que nos documentos se salientava nomeadamente, a Feira do Monte, a Santiago, o Encontro de Agentes de Turismo e o Festival do Tomate de Alvalade, o qual terá tido pouca adesão, considerando que era muito curto o que foi concretizado. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que, desde o início do mandato em curso tinha levantado, pelo menos, duas vezes, a questão da falta do Regulamento de Controlo Interno e que a resposta que obtivera do Senhor Presidente da Câmara Municipal era de que a situação estava a ser corrigida, pelo que, questionou sobre as diligências que foram feitas sobre esta matéria. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----

Senhor Presidente da Câmara começou por responder à questão do Orçamento Participado, referindo que se tratava de uma iniciativa que resultava de uma opção dos executivos municipais, a qual não foi adotada pela maioria das câmaras municipais, considerando que, nalguns casos, aquela iniciativa era pura demagogia política. -----

Acrescentou que alguns municípios submetem à votação os projetos indicados pelas populações, no âmbito do Orçamento Participado, sendo que o projeto vencedor será sempre aquele que partir dos promotores que tenham mais capacidade de mobilização dos votantes, o qual pode não ser o projeto mais prioritário. -----

Mais referiu que a CDU tem um programa eleitoral que submeteu às populações e que é esse programa que os eleitos irão cumprir, acrescentando que a opção dos mesmos era desenvolver uma política de proximidade, indo às freguesias para procurar saber junto das pessoas quais as suas necessidades, de que era exemplo a iniciativa *Presidência nas freguesias*, entre outras. -----

Relativamente ao IMI familiar, referiu que, tal como já tinha informado no ano anterior, quando a Câmara Municipal tiver condições reduzirá o IMI, não só para alguns, mas para todos os munícipes. -----

Mais referiu que, se os governos anteriores, em particular o último Governo PSD/CDS, tivessem querido beneficiar as pessoas, tinha reduzido a carga fiscal sobre os cidadãos e praticando outras políticas, quando o que fez foi promover um aumento brutal dos impostos, designadamente o IVA da restauração e da energia o qual penalizou também

as autarquias e as populações, porque a verba que estas têm de pagar podia ser investida em obras, para benefício das mesmas. -----

Sobre a questão das ações que visam o desenvolvimento económico no Município, referiu que quando se afirma que a Câmara Municipal não investe neste âmbito, só pode ser por distração, chamando a atenção para o número de parques empresariais que o Município construiu nas últimas décadas, em quase todas as freguesias, sem qualquer ajuda da Administração Central ou de Fundos Comunitários, bem como para as novas iniciativas realizadas e apoiadas no último ano, nomeadamente o 1º Encontro de Agentes de Turismo do Município de Santiago do Cacém, em que participaram cerca de duzentos agentes do setor e o 1º Festival do Tomate de Alvalade, o qual não tendo a adesão de todos os restaurantes contou com a participação de mais de metade dos estabelecimentos daquela Freguesia. Acrescentou que o Senhor Pedro do Ó Ramos se esqueceu de referir o Festival da Enguia que foi novamente um sucesso. -----

Questionou ainda o Senhor Pedro do Ó Ramos, se sabia quantos restaurantes existiam na Freguesia de Alvalade e se tinha conhecimento de quantos aderiram ao 1º Festival do Tomate. -----

Em relação ao apoio às famílias com dificuldades, referiu que o apoio dado pela Autarquia não se limitava à percentagem indicada, sendo também de considerar todo o investimento no âmbito social que é feito pelo Município, nomeadamente nos transportes e nas refeições escolares, no Pré-Escolar, onde também é assegurado o prolongamento do horário, sem qualquer dispêndio para os pais das crianças, o apoio na reparação e manutenção de habitação a pessoas carenciadas e nos arranjos nas habitações através do Projeto Engenhocas. -----

Mais referiu que a política municipal devia ser vista de uma forma global. -----

Relativamente à Norma de Controlo Interno, referiu que a Câmara Municipal gostaria que este instrumento de gestão já tivesse sido implementado, o que não significava que não existissem medidas de controlo interno, tal como era referido nos relatórios do Auditor Externo e das várias inspeções que tem sido feitas ao Município. Acrescentou que o problema tinha a ver com o facto de, durante os últimos anos, não ter havido condições para a contratação de pessoas habilitadas para reforçar a área financeira, devido às condicionantes impostas pelo anterior governo, ao qual o Senhor Pedro do Ó Ramos pertenceu, no que respeitava ao recrutamento de trabalhadores. -----

Mais referiu que embora reconhecesse a importância daquele instrumento de gestão, considerava que a maior prioridade passava por resolver os problemas básicos que afetam diariamente as populações, acrescentando que preferia contratar pedreiros e outro pessoal operacional para tratar dos espaços verdes. -----

Interveio novamente o Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo que tinha registado o facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal ter feito parte de um Executivo que tinha aplicado um instrumento que considerava que era pura demagogia, o Orçamento Participado. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interrompeu a intervenção do Senhor Pedro do Ó Ramos, para precisar que tinha referido que se tratava de alguns casos, esclarecendo que o modelo de Orçamento Participado que tinha sido adotado pela Câmara Municipal consistia em ouvir as pessoas, às quais eram apresentava propostas, sendo que, algumas vezes, os municípios apresentavam outras propostas que eram avaliadas pelo Executivo e, caso existissem condições, eram incluídas no orçamento. --

Acrescentou que a partir do momento em que a Câmara Municipal deixou de ter condições financeiras para assumir eventuais propostas dos municípios apresentadas

naquele âmbito, o Executivo considerou que não seria correto prosseguir com a medida naquele formato.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que estava no uso da palavra e que quem estava a ser fiscalizada era a Câmara Municipal, acrescentando que o Senhor Presidente da Câmara Municipal é que tinha a obrigação de responder aos eleitos da Assembleia Municipal e não o contrário.-----

Referiu ainda que, no que respeitava aos apoios a pessoas com dificuldades, o conselho que dava ao Senhor Presidente ia no sentido de a Câmara Municipal não apresentar esta opção de forma destacada como constava no documento, integrando a verba noutras rubricas, tendo em conta que numa situação de profunda crise no País não conseguia que a mesma fosse executada.-----

Sobre o IMI referiu que a Câmara Municipal considerava que não devia fazer política fiscal, o que na sua opinião era um erro, acrescentando que a maioria das câmaras municipais o fazia, destacando mais uma vez a Câmara Municipal de Avis. -----

Referiu também que gostaria de saber qual a adesão popular ao Festival do Tomate de Alvalade. -----

Mais referiu que não falou no Festival da Enguia, porque o documento não o mencionava.-----

Relativamente à Norma de Controlo Interno, referiu ficar preocupado com o facto de o Senhor Presidente da Câmara preferir contratar mais um funcionário para tratar dos jardins, acrescentando que a informalidade não era aconselhável nem para as pessoas nem para a Câmara Municipal.-----

Interveio a Senhora Joana Filipe, referindo que o Senhor Presidente da Câmara não tinha respondido à questão colocada sobre a Norma de Controlo Interno, recordando que numa sessão anterior o Senhor Presidente informara que estavam sendo envidados esforço no sentido da sua criação, sendo que, agora vinha dizer que preferia contratar um jardineiro, questionando novamente sobre quais tinham sido os esforços feitos naquele sentido. -----

Mais referiu que as opções camarárias podiam e deviam ser tomadas dentro dos limites legais, sendo que a existência da Norma de Controlo Interno era uma imposição da Lei, pelo que, a mesma devia existir e considerada como uma prioridade. -----

Referiu ainda que o Senhor Presidente também não tinha dado uma única justificação para a baixa taxa de execução na ação relativa ao apoio a famílias com dificuldades, acrescentando que o que pretendia saber era qual a razão daquele resultado.-----

Interveio o Senhor José Sucena, eleito da CDU, começando por referir que aquando do aumento do IVA na restauração, muitos comerciantes assumiram os custos não aumentando o preço das refeições, o que levou a falências naquele setor que atingiram os quarenta por cento e ao conseqüente aumento do desemprego. -----

Sobre a questão da Norma de Controlo Interno, referiu que muitas vezes o formalismo da lei era impeditivo de fazer bem, acrescentando que esta era a segunda Auditoria Externa de que tinha conhecimento e que o Auditor reconhecia que embora não houvesse um controlo interno formalizado como indicava a Lei, também reconhecia que existia um sistema de controlo interno. Acrescentou esperar que quando fosse formalizada a Norma de Controlo Interno a mesma não viesse criar dificuldades a quem agora faz um controlo eficiente.-----

Relativamente à questão do IMI familiar e o exemplo da Câmara Municipal de Avis, presidida por um eleito do PCP, considerou que se tratava de um bom exemplo de gestão autárquica no sentido da criação de condições para que as pessoas se sintam bem naquele Município, informando que, recentemente, tinha sido inaugurada a Biblioteca

José Saramago, na Sede do mesmo, numas instalações magníficas de um antigo celeiro, recuperado, para aquele efeito, pela Câmara Município.-----

Mais referiu que o Município de Avis ficava situado no Distrito de Portalegre e tinha grandes problemas de desertificação, o que justificava que a Câmara Municipal tomasse aquela e outras medidas que contribuam para a fixação das pessoas, considerando que não se podia comparar o que não era comparável em termos geográficos e económicos.-

Referiu ainda que a Câmara Municipal de Avis ao deliberar de forma diferente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, ambas presididas por eleitos da CDU, só evidenciava que no seu Partido, o PCP, existia democracia interna, e que eram as autarquias, os seus executivos e a estrutura local do Partido que definiam as suas opções de acordo com a realidade do seu município. Acrescentou que esta era a prática democrática do seu glorioso Partido Comunista Português, a qual, infelizmente, não existia noutros partidos que davam as ordens de cima.-----

Concluiu, lembrando que existia uma proposta do atual Governo, apoiado pelo PCP, BE e Verdes, no sentido da redução do limite da taxa do IMI, de zero vírgula cinco, para zero virgula quatro. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo que registava a afirmação feita pelo Senhor José Sucena, de que o formalismo era inimigo do fazer bem, a qual considerava uma pérola, sobretudo por ser proferida por um jurista.-----

Relativamente à prática democrática do PCP, referiu que bastava lembrar o que se passou na Assembleia da República com a Deputada Luisa Mesquita. -----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para esclarecimentos sobre as questões em discussão, o qual começou por repetir que o facto de não existir um documento formal de controlo interno, não significava que não existisse controlo. -----

Acrescentou que os técnicos na área financeira enfrentavam uma enorme carga burocrática que resultava das múltiplas informações que têm que fornecer a vários organismos da Administração Central, o que ocupa a maior parte do seu tempo de trabalho, não lhes dando margem para implementarem a Norma de Controlo Interno.----

Referiu ainda que seria interessante discutir a questão do cumprimento da obrigação legal desta Norma em paralelo com a questão da aplicação da Lei das Finanças Locais, a qual durante anos sucessivos não tem vindo a ser cumprida por parte dos vários governos, acrescentando que se tivessem sido feitas as transferências devidas para as autarquias locais, a Câmara Municipal teria tido condições financeiras para contratar o pessoal técnico necessário para resolver aquela situação.-----

Referiu ainda que a gestão da Câmara Municipal é transparente, não havendo por parte de quem a dirige qualquer receio de a mesma ser inspecionada, como tem vindo a acontecer ao longo dos anos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Diretor Financeiro, Dr. José Pereira, para prestar alguns esclarecimentos técnicos sobre aquele assunto, o qual começou por referir que era óbvio que se tratava de uma imposição legal, tal como o Plano Oficial Contabilidade Autarquias Locais (POCAL) e o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POC-P), este para os organismos da Administração Central, o qual estando em vigor havia mais de uma década ainda não estava a ser aplicado em alguns organismos e outros só recentemente o fizeram, enquanto as autarquias começaram a aplicar o POCAL quase desde o início, embora com algumas deficiências, de que são exemplos a falta da Norma de Controlo Interno e a contabilidade de custos, acrescentando que o mais importante era preparar um

instrumento de gestão que reúna num só documento as normas existentes e que venha acrescentar valor às mesmas. -----

Mais referiu que conforme o que já tinha sido dito pelo Senhor Presidente, é exigido pela Administração Central um vasto conjunto de informação sobre a atividade municipal nas diferentes áreas, o que associado à falta de recursos humanos constitui uma sobrecarga adicional para os técnicos municipais, não deixando espaço para outras tarefas importantes para a gestão municipal, tal como a que estava em discussão, considerando que seria muito positivo que os diferentes organismos da AC se entendessem no que respeitava à gestão do aparelho do Estado, principalmente na coordenação da informação que é exigida aos municípios. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal prosseguiu a sua intervenção, informando que no referente à primeira edição do Festival do Tomate de Alvalade, mais de cinquenta por cento dos restaurantes da Freguesia tinham aderido, esperando que na próxima edição também outros participem, acrescentando que a medida tomada pelo atual Governo, de redução do IVA da restauração, também poderá ajudar. -----

Concluiu, referindo que os membros da Assembleia Municipal que intervieram, designadamente o Senhor Pedro do Ó Ramos e a Senhora Joana Filipe, quiseram ignorar o conteúdo do documento no seu todo, para focarem uma ou duas ações menos positiva, não tendo em conta nomeadamente as obras que foram executadas, as múltiplas ações culturais e desportivas e outras no âmbito do desenvolvimento económico do Município, mesmo com os cortes na receita, bem como a redução da dívida e a taxa de execução alcançada. -----

Acrescentou que o Senhor Pedro do Ó Ramos fez parte do Governo e sabia que até agora as autarquias não receberam verbas do Quadro Comunitário de Apoio, quando as forças políticas apresentaram os seus programas eleitorais com a indicação da realização de obras, para as quais contavam com os financiamentos das candidaturas apresentadas, sendo que, faltando apenas um ano e meio para terminar o mandato em curso, nada receberam, o que fará com que grande parte das obras seja realizada no último ano do mandato, o que não deixará de ser criticado, quando não era esta a prática da Câmara Municipal, a qual trabalhava durante os quatro anos na concretização dos objetivos propostos. -----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, referindo que gostaria que ficasse registado em ata que o Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, não deu, mais uma vez, qualquer explicação plausível para a baixa execução da ação relativa ao apoio a pessoas com dificuldades, acrescentando que esta questão tinha sido repetida, três vezes. Mais referiu que a alegação de que a situação se devia a questões financeiras era uma resposta vazia e sem significado, a qual configurava uma recusa de resposta, sendo um exemplo de displicência do Executivo relativamente à Assembleia Municipal, à qual tem o dever de responder, o que simplesmente dispensava, não respondendo às questões que lhe eram colocadas, só porque não interessava à Câmara Municipal, o que não podia fazer, considerando que se tratava de uma postura de desmoralização e de falta de respeito pela Assembleia Municipal. -----

Mais referiu que considerava grave a recusa da resposta e que não se ia responsabilizar, enquanto membro da Assembleia Municipal, pelo não cumprimento de obrigações legais. -----

Acrescentou que devia ser feito um esforço para reduzir o autismo de parte a parte, no sentido de serem dadas respostas frontais, devendo ser assumido que não fora envidados esforços para criar a Norma de Controlo Interno. -----

PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, a Senhora Presidente propôs a continuação dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento. -----

Aprovada a proposta, por unanimidade. -----

REGISTO DAS INTERVENÇÕES EM ATA. -----

Tendo em conta que a Senhora Joana Filipe tinha repetido várias vezes que queria que a sua intervenção ficasse registada em ata, a Senhora Presidente referiu que as atas deste Órgão sempre espelhavam o que era dito nas reuniões, com base nos apontamentos efetuados pelo 1º Secretário, pelas secretárias administrativas e com recurso à gravação das mesmas. -----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por referir que também achava bem que estas intervenções ficassem registadas em ata. -----

Mais referiu que era responsabilidade do Executivo a não existência da Norma de Controlo Interno e que o mesmo estava consciente da sua obrigatoriedade legal, acrescentando que não podia exigir dos funcionários mais do que que já faziam, sendo que, conforme já tinha explicado, por várias vezes, o problema residia no facto da Câmara Municipal ter sido impedida pelo anterior Governo de contratar mais pessoal. Acrescentou que transmitiria à equipa financeira do Município a opinião da eleita do BE, sobre este assunto. -----

Mais informou que o Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis, recentemente aprovado, permite o recrutamento de recursos humanos, embora condicionado a alguns parâmetros. -----

Interveio novamente o Senhor José Sucena, referindo que à alusão à sua camarada Luisa Mesquita, contrapunha o correligionário do Senhor Pedro do Ó Ramos, António Capucho. -----

Mais esclareceu que não era contra o formalismo e que não estava preocupado no que dizia respeito à Norma de Controlo Interno, porque até à formalização daquele documento o controlo continuava a existir da forma como tem vindo a ser feito e reconhecido pelo Auditor Externo. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que tinha pena de não ter feito parte do anterior Governo PSD/CDS, o qual tinha resgatado a soberania financeira do País, acrescentando que estava como Deputado na Assembleia da República, tendo feito parte do Governo de gestão, cujo programa não foi aprovado no Parlamento. -----

Sobre a questão dos financiamentos do QCA, referiu que Portugal estava acima da média europeia no que respeitava à execução dos programas, estando entre os dez países com melhor prestação neste âmbito. Acrescentou que os maiores atrasos nesta matéria tinham acontecido no governo anterior ao da Coligação PSD/CDS. -----

Referiu ainda que o seu correligionário António Capucho saiu da presidência da Câmara de Cascais por questões de saúde, enquanto a Deputada Luisa Mesquita teve de passar a independente para continuar na Assembleia da República, por ter votado contra a orientação do seu partido. -----

Mais referiu que tem assistido na Assembleia da República a votações diferentes de deputados da mesma força política, o que nunca aconteceu com os deputados do Partido Comunista, acrescentando que não se podia falar de democracia interna de uma força política que defende regimes de partido único. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves e cinco dos eleitos do PS, senhores João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas.-----

Quatro abstenções, sendo uma de um eleito do PS, Senhor Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, duas dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Ramos de Oliveira e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e uma da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe.-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pela Senhora Isabel Contente, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Apesar de ter havido um aumento da participação do Município nos impostos do Estado, o que é um facto é que a Lei das Finanças Locais continuou a não ser cumprida e estes valores ainda foram inferiores aos auferidos no ano de 2011 e cerca de 1 milhão e quatrocentos mil euros abaixo, relativamente ao ano de 2010.-----

No entanto, e apesar do constrangimento anterior, a gestão do Executivo, que aqui analisámos, com parecer favorável, cumpriu as suas principais obrigações assumidas perante a população do concelho de Santiago do Cacém, de forma equilibrada, rigorosa e eficaz.-----

Como se confirmou, foram executadas as suas responsabilidades ao nível das políticas sociais, tais como garantir as refeições e os transportes escolares, o complemento de apoio à família, a manutenção de refeitórios escolares, a disponibilização de auxílios económicos, a promoção da saúde, através da prática desportiva, assim como a implementação de medidas que visam a melhoria das condições de vida dos mais desfavorecidos.-----

Verificou-se, também, o investimento ao nível das infraestruturas públicas, cumprindo dessa forma um serviço de interesse coletivo e ambiental, nomeadamente na construção, conservação e manutenção das redes de abastecimento de águas residuais, no serviço de recolha e tratamento de resíduos urbanos (com aquisição de novos equipamentos), na melhoria das vias de comunicação, na reabilitação urbana, por administração direta e na manutenção de espaços verdes.-----

Numa estratégia de desenvolvimento económico, foram também contempladas as áreas do turismo, do comércio local e apoio ao tecido empresarial do concelho.-----

Por outro lado, deu-se continuidade à qualificação das instalações municipais, em paralelo com a manutenção e requalificação das infraestruturas de informação e comunicação.-----

Para finalizar, importa referir que tudo isto foi executado ao mesmo tempo que se diminuiu a dívida a fornecedores em 1,2 milhões de euros e a dívida de empréstimos também alcançou esse valor, 1,2 milhões de euros, a despesa com pessoal continuou nos 41,6% e alcançou-se uma execução da receita na ordem dos 82,8%, para além de se ter cumprido a regra do equilíbrio orçamental e o limite para a dívida total.-----

Pelo exposto anteriormente, é de louvar o trabalho desenvolvido, com responsabilidade, pelo Executivo do Município de Santiago do Cacém, no ano de 2015, destacando-se ainda o facto de as correspondentes contas terem sido aprovadas, por unanimidade, nesse órgão.”-----

--- **b) Relatório Final do Auditor Externo, relativo ao ano de 2015, sobre a situação económica e financeira do Município de Santiago do Cacém – Para conhecimento;**

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal -----
“**DAR CONHECIMENTO** do Relatório do ano de 2015, sobre a situação económica e financeira do Município, apresentado pelo Auditor Externo que procede anualmente à revisão legal de contas. *-----

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o previsto na alínea d) do nº 2 do artigo 77 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro”. -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

--- **c) 1ª Revisão ao Orçamento de Receita/Despesa de 2016;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter a Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Dezasseis à Assembleia Municipal.* --

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

Dois – Conforme o disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves e um de uma eleita do PS, Senhora Miriam Mills Mascarenhas.-----

Oito abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, duas dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Ramos de Oliveira e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e uma da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe.” -----

--- **d) 1ª Revisão às Atividades Mais Relevantes (AMRS) 2016/2019;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter a Primeira Revisão às Atividades Mais Relevantes Dois Mil e Dezasseis/Dois Mil e Dezanove à Assembleia Municipal.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves e um de uma eleito do PS, Senhora Miriam Mills Mascarenhas.-----

Oito abstenções, sendo cinco de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, duas dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Ramos de Oliveira e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e uma da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe.” -----

--- e) 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) 2016/2019;-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter a Segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Dezasseis/Dois Mil e Dezanove à Assembleia Municipal.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves e um de uma eleito do PS, Senhora Miriam Mills Mascarenhas.-----

Oito abstenções, sendo cinco de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson

José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, duas dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Ramos de Oliveira e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e uma da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe.” -----

--- f) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 327.000,00€ (trezentos e vinte e sete mil euros); -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Um** - Efetuar contrato de Empréstimo de Longo Prazo com o Banco BPI, até ao montante de 327.000 Euros, por um prazo Global até 8 anos, com um período de utilização e Diferimento até 1 ano, com uma Taxa de Juro indexada à Euribor a 12 meses+ Spread de 1,10%, com os reembolsos de Capital em Prestações trimestrais constantes e sucessivas e com a Cobrança de Juros em Prestações trimestrais postecipadas, para financiamento dos seguintes projetos: -----

*11 112-2016/006 Equipamentos Diversos-Viaturas Ligeiras - 30.000,00€ -----

*24 512-2015/054 Resíduos sólidos/Aquisição de equipamento-varredora - 144.500,00-

* 24 512-2016/054 Resíduos sólidos/Aquisição de equipamento-Viatura e Aspiradores para folhas - 60.000,00€-----

*33 114-2015/097 Aquisição/Manutenção de viaturas máquinas e equipamento – mini pá carregadora - 48.000,00€-----

*33 114-2016/105 Aquisição/Manutenção de viaturas máquinas e equipamento-Auto Betoneira - 44.500,00€-----

Dois – Propõe-se que seja solicitada à Assembleia Municipal: -----

*A aprovação do empréstimo nas condições referidas;-----

*A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato de empréstimo a celebrar, cujo início de utilização ocorrerá em 2016. -----

FUNDAMENTOS: Um – A proposta do Banco BPI é a mais vantajosa, de acordo com a informação nº 07/DAGF/2016. -----

Dois- De acordo com o nº2 do artº51 da Lei 73/2013 de 3 de setembro, com os artigos 49,51 e 52 da Lei anteriormente referida, com a alínea f) do nº1 do artº25 do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro e com a alínea c)do nº1 do artº6 da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação vigente.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e seis votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, seis de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas, um da eleita do PSD, Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe. -----

Uma abstenção, de um eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Ramos de Oliveira.”-----

--- i) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 547.000,00€ (quinhentos e quarenta e sete mil euros);-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um** - Efetuar contrato de Empréstimo de Longo Prazo com o Banco Santander Totta S.A., até ao montante de 547.000 Euros por um prazo Global até 20 anos, com um período de utilização e Diferimento até 2 anos, com uma Taxa de Juro indexada à Euribor a 12 meses+ Spread de 1,34%, com os reembolsos de Capital em Prestações trimestrais constantes e sucessivas e com a Cobrança de Juros em Prestações trimestrais postecipadas, ----- para financiamento dos seguintes projetos: -----

*33 112 2016/113 Conservação e manutenção de arruamentos em Santiago do Cacém - 179.000,00€.-----

*33 112 2016/114 Conservação e manutenção de arruamentos em Santo André - 299.000,00€.-----

*33 112 2016/115 Conservação e manutenção de arruamentos em Ermidas - 40.000,00€.-----

*33 112 2016/116 Conservação e manutenção de arruamentos em Alvalade - 11.000,00€.-----

*33 112 2016/117 Conservação e manutenção de arruamentos em Santa Cruz - 18.000,00€.-----

Dois – Propõe-se que seja solicitada à Assembleia Municipal: -----

*A autorização para a realização dos projetos de investimento atrás referidos, tendo em conta que o montante do investimento é superiora a 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício -----

*A aprovação do empréstimo nas condições referidas -----

*A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato de empréstimo a celebrar, cujo início de utilização ocorrerá em 2016. -----

FUNDAMENTOS: Um – A proposta do Banco Santander Totta S.A. é a mais vantajosa, de acordo com a informação nº 06/DAGF/2016. -----

Dois- De acordo com o nº2 do artº51 da Lei 73/2013 de 3 de setembro; com os artigos 49º, 51º e 52º da Lei anteriormente referida; com a alínea f) do nº1 do artº 25 do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro e com a alínea c) do nº1 do artº6 da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação vigente.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, questionando se a determinação das ruas que vão ser beneficiadas tinha sido precedida de um parecer técnico e se o mesmo podia ser disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que cabia à Câmara Municipal definir onde aplicar os montantes do empréstimo, acrescentando que existe um conjunto de prioridades que foram identificadas, as quais foram apreciadas pelo Executivo Municipal, conforme informação anexa à proposta apresentada à Assembleia Municipal.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro

Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, cinco de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas e um da eleita do PSD, Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.- Três abstenções, sendo uma de um eleito do PS, Senhor João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, uma de um eleito do PSD, senhor Pedro do Ó Ramos de Oliveira e uma da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe.” -----

--- h) Acordo de Mutação Dominial entre a empresa Infraestruturas de Portugal S.A, e o Município de Santiago do Cacém;-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter a deliberação da Assembleia Municipal a autorização para celebração do Acordo de Mutação Dominial entre a empresa Infraestruturas de Portugal S.A, e o Município de Santiago do Cacém.*

FUNDAMENTOS: De facto: Um: O Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto prevê, no artigo 13.º, ponto 1 e ponto 2, que as estradas não incluídas neste Plano integrarão as redes municipais mediante protocolos a celebrar entre os municípios diretamente interessados e a Infraestruturas de Portugal, S.A., que sucedeu às Estradas de Portugal, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio; -----

Dois: De acordo com o aditamento promovido às bases da concessão da rede rodoviária nacional, através do Decreto-Lei n.º 110/2009 de 18 de maio, a Infraestruturas de Portugal, S.A., como sucessora das obrigações legais e contratuais da Estradas de Portugal, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, deve celebrar protocolos de transferência para a tutela das respetivas autarquias de todas as vias que, no PRN 2000, deixaram de integrar a rede rodoviária nacional, tal como ali definida e que a concessionária mantinha sob a sua jurisdição; -----

Três: O Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril estabelece, no seu artigo 40.º, as formalidades relativas às mutações dominiais, pelo que, quando uma estrada deixar de pertencer à rede rodoviária nacional para integrar a rede municipal, procede-se à transferência da sua titularidade mediante acordo a celebrar entre a administração rodoviária e o município; -----

Quatro: O Município de Santiago do Cacém propõe-se integrar no seu património rodoviário o lanço da EN261-3 desclassificada entre o km 0,000 e o km 2,000, o troço da EN120 desclassificada entre o km 46,669 e o km 47,395, o lanço da ER261 entre o km 45,950 e o km 46,320, e ainda o troço da ER120 entre o 47,395 e o km 48,640, nos termos do referido n. 40.º do EERRN;-----

De direito: Um: Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal deliberar sob a afetação de bens do domínio público municipal, conforme o previsto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, estabelecido pelo Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Dois: A mutação dominial realiza-se por meio de acordo a celebrar entre a administração rodoviária e o município, com autorização prévia da respetiva assembleia municipal, de acordo coo o previsto no n.º 2 do artigo 40.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril.”-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de novembro e dezembro de dois mil e quinze e janeiro de dois mil e dezasseis, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número onze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, questionando sobre a data do início das obras da via Pedociclável entre a Aldeia de Santo André e a Cidade de Vila Nova de Santo André e sobre a via alternativa durante as mesmas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que as obras teriam início na segunda-feira da semana seguinte, dia dois de maio, e que a via alternativa era a estrada de terra batida entre a Aldeia de Santo André e o Bairro Horizonte, a qual estava a ser preparada com tout-venant e uma rega suplementar. Mais informou que ia ser mantida a circulação na via que vai ser intervencionada, onde serão colocados semáforos e será condicionada a velocidade de circulação a trinta quilómetros/hora. -----

Informou ainda que os trabalhos serão acompanhados pelos serviços técnicos da Câmara Municipal.-----

A Senhora Ana Raquel Hilário questionou sobre o que motivou a solicitação de esclarecimentos por parte da Autoridade Nacional da Proteção Civil aos agrupamentos de escolas relativamente à segurança nas mesmas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Albano Pereira, o qual esclareceu que tinha tido lugar uma reunião, em março, na qual estiveram representados quase todos os agrupamentos, sendo que a preocupação consistia no facto de algumas escolas ainda não terem os seus planos de segurança aprovados, os quais estavam em execução.-----

Mais informou que os planos de segurança das escolas básicas do Município, estavam todos aprovados.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo Senhor Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.**-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram zero horas e trinta e cinco minutos.-----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

